



Acervo do *Centro de Documentação em Historiografia Lingüística*
(CEDOCH-DL/USP)

Ataliba de Castilho, por Ataliba de Castilho

Pontos de partida

Estudei na Universidade de São Paulo entre 1956 e 1959, onde me graduei. Os lingüistas daquela geração que mais conhecíamos eram Mattoso, Aryon, Mansur Guérios, Maurer e Salum, estes, mais dedicados à Lingüística Histórica, além de Nelson Rossi, ligado à Dialectologia. Em Filologia Portuguesa, que entendíamos como o trabalho de edição de textos e o estudo histórico do português, reinava, na USP, o Silveira Bueno. A turma não gostava muito dessas aulas, não. Achávamos que eram aulas muito fechadas, só eram permitidas leituras dos seus próprios livros (v. Silveira Bueno 1963; 1946; s/ data). Serafim da Silva Neto era proibido, Mattoso Câmara, então, nem se fale. Nas aulas, Silveira Bueno atacava o Maurer, não a pessoa do

* Este texto, que hoje se agrega ao nosso acervo de historiografia lingüística brasileira, narrado em *Primeira Pessoa do Singular*, resulta do amálgama de duas entrevistas concedidas por Ataliba de Castilho, em momentos bastante diferentes. A primeira, não gravada, foi realizada por mim, no seu espartano gabinete da Universidade de São Paulo, no final de 1992. A segunda, mais recente, gravada em junho de 2001, foi concedida a duas jovens pesquisadoras do CEDOCH (*Centro de Documentação em Historiografia Lingüística/DL-USP*), minhas orientandas, Aline Cruz (PIBIC-CNPq) e Olga Coelho (CAPES). Como das vezes anteriores, a presente edição omite as perguntas, altera a ordem de certas informações, evita as repetições e digressões naturais da fala, procurando não trair a espontaneidade e o teor dos comentários do entrevistado. Como sempre, as anotações originais e as fitas da entrevista foram agregadas ao acervo do CEDOCH. Não posso deixar de mencionar meus sinceros agradecimentos à sempre discreta e competente colaboração de Olga Coelho; ao trabalho insano, e extremamente valioso, de transcrição, digitação e diagramação de Aline Cruz, que também assina a presente edição; e a Ataliba de Castilho, pela teimosa e persistente convicção de que a Lingüística Brasileira, e a Lingüística Sul-americana como um todo, têm muito a contribuir para as ciências da linguagem. Talvez não seja demais acrescentar que os inevitáveis erros e omissões são de minha responsabilidade. Cristina Altman.

Maurer, mas o tipo de lingüística que ele procurava ensinar. Ele era uma personalidade muito difícil.¹

Eu até tinha pensado em sair, desistir do Curso e ir estudar no Rio, com a figura de maior destaque na época, o Serafim da Silva Neto. Mas me disseram que era bobagem, porque o Serafim não era muito de dar aula. Ele mais estudava e escrevia do que se dedicava às aulas. Diziam até que ele parecia que sabia que ia morrer cedo, então preferia dedicar a maior parte do seu tempo a escrever.

Naqueles tempos, havia na USP, sem dúvida, uma oposição entre a Filologia Românica e a Filologia Portuguesa. Maurer, da Românica, era uma figura muito discreta. Pastor evangélico, da tradição dos protestantes suíços, primava pela tolerância e pelo grande conhecimento da matéria. Fazia parte do Partido Libertador em São Paulo, tinha liderança religiosa e política, dedicando-se, neste caso, ao Cooperativismo. Ele e outros companheiros tinham organizado uma pequena igreja, naquela que tinha sido a casa do Othoniel Mota (1878-1951). Silveira Bueno era o oposto: ortodoxo, briguento, primava pela intolerância. Era difícil fazer brotar coisas novas assim, e isso vai marcar o modo

¹ Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) e Serafim da Silva Neto (1917-1960), nesta época, trabalhavam nas Universidades do Rio de Janeiro – Federal e Petrópolis, no caso de Mattoso; Federal e Católica, no caso de Serafim. Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1987) era catedrático de Filologia Portuguesa na Universidade Federal do Paraná; Aryon Dall’Igna Rodrigues (n. 1925), seu aluno, terminara o Doutorado em Hamburgo, em 1958, e voltara ao Paraná logo no ano seguinte; Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), catedrático de Filologia Românica da USP tinha em Isaac Nicolau Salum (1913-1993), seu primeiro assistente; Nelson Rossi, ainda trabalhava na Federal de Salvador e Francisco da Silveira Bueno (1898-1989) comandava a cadeira de Filologia Portuguesa, também da USP. (Ed.)

como a disciplina se institucionalizou em São Paulo. A grande figura promotora da Lingüística na USP foi, na verdade, um francês, Robert Henri Aubreton (1909–1980), da cadeira de Língua e Literatura Grega da USP. Ainda que indiretamente, ele foi um dos preparadores da implantação desta disciplina no Brasil. Ficou aqui doze anos [de 1952 a 1961] e praticamente centralizou todo nosso processo de formação e institucionalização: montou a biblioteca da cadeira de Grego, fundou a *Associação de Estudos Clássicos*, promovia reuniões, discussões, sessões de estudo, e arrancava dinheiro de pedra.

Aubreton conseguiu dinheiro até do Jóquei Clube. Pediu e conseguiu: com esse dinheiro fundou a Associação dos Estudos Clássicos do Brasil e criou seu Boletim [v. referências]. Seu curso era apaixonante e, aos sábados, organizava reuniões extras de estudo na Escola da Praça, a Caetano de Campos.

Aubreton também conseguia bolsa de estudos na França para os alunos brasileiros e Maurer o ajudava nessa tarefa de seleção de candidatos. Muitos deles viajaram para a França, logo no início dos anos sessenta: Cidmar, Blikstein, Borba.² Não deixa de ser interessante que a implantação da disciplina Lingüística no Brasil também veio do estudo do Grego. Aubreton era um grande líder. Maurer tinha um perfil mais discreto, e Silveira Bueno não deixou nenhum discípulo. Quem assumiu seu lugar, em 1968, foi o Professor Segismundo Spina (n. 1921), filólogo, especializado em Literatura Medieval.

² Cidmar Teodoro Pais (n. 1940), Izidoro Blikstein (n. 1939), Francisco da Silva Borba (n. 1932). (Ed.)

Quando fundaram a Faculdade de Filosofia e, junto a ela, a própria USP, foi criada a cadeira de Filologia e Língua Portuguesa, tão velha, portanto, quanto a Universidade! Seu primeiro professor foi Francisco da Luz Rêbêlo Gonçalves, português de nascimento. Ele achava que os brasileiros falavam muito mal. Seria preciso escrever uma gramática segundo o uso lusitano para esse pessoal aprender a falar português. Já pensou? Esse sujeito falou isso em 1934, mas em 1922, ali ao lado, no Teatro Municipal, tinha havido o terremoto da revolução modernista com suas conhecidas conseqüências sobre a identidade lingüística dos brasileiros.

Quando Rebêlo Gonçalves saiu, entrou Othoniel Mota. Foi um pequeno momento de brilho. Othoniel Mota tinha visão das coisas, mas houve concurso e ele não entrou. Entrou o Silveira Bueno, que ficou trinta anos na cadeira.³ Ele não formou ninguém, muito briguento, um homem muito difícil. A Faculdade de Filosofia, para resolver as coisas, convidou um professor de Literatura Portuguesa Medieval, que foi o Spina, para chefiar a cadeira. Mesmo não tendo formação lingüística – era um excelente filólogo – deu à área uma feição um pouco literária e um pouco lingüística. Profissional combativo, Spina conseguiu que mais dois professores titulares concursassem: Rolando Morel Pinto, que fazia pesquisas em Estilística, e

³ Rebêlo Gonçalves, da Universidade de Lisboa, foi responsável pela cadeira de Filologia Portuguesa da USP entre 1934 e 1937, quando assumiu a Cadeira de Filologia Grega e Latina. O concurso que Othoniel Mota perdeu para Silveira Bueno foi em 1947 (cf. Moraes 1994: 416, Altman 1998: 112). (Ed.)

Dino Preti, que introduziu na área os estudos do português falado. Também tinha concursado Edith Pimentel Pinto, que desenvolveu idéias muito criativas sobre a variedade popular do português brasileiro.

Em alguns momentos tive convites para vir para a USP. O primeiro foi do Maurer, logo depois do *I Seminário de Lingüística de Marília* (1966); e depois, do próprio Spina, quando assumiu a Área de Filologia e Língua Portuguesa. Nos dois momentos eu acabei não topando, porque achava que ia entrar em um esquema um tanto cristalizado, contrário à intensa necessidade de buscar coisas novas por que eu estava passando. O próprio Spina, – e quero deixar claro que ele é um amigo muito querido e eu estou falando aqui não da pessoa, mas do profissional – em 1981, quando fui fazer pós-doutoramento nos Estados Unidos, pediu para eu fazer um projeto de transformação da Cadeira em Departamento. Escrevi a proposta, mas na carta de encaminhamento eu disse:

– Olha, você não vai gostar desta proposta, porque ela coloca a ênfase em outros lugares, acho que nós temos uma visão diferente do que é língua portuguesa numa Universidade.

De fato, como sempre, ele foi muito elegante, não comentou nada. Finalmente, quando me aposentei na Unicamp, em setembro de 1992, Dino Preti, então Titular de Filologia e Língua Portuguesa, convidou-me a disputar uma das quatro vagas, em concurso. Fiz o concurso e passei a viver uma espécie de reencontro com a universidade, na qual trinta anos atrás eu me formara, e na qual vinte e cinco anos atrás eu me doutorara. Estou fechando a minha carreira por onde comecei.

Primeiro pouso: Marília

Entrei para o magistério universitário na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, então um instituto isolado de ensino superior, incorporado posteriormente à Unesp. Lecionei ali de 1961 a 1975. A FAFI, como então a chamávamos, tinha sido criada no bojo de um conjunto de medidas tomadas pelo Governador Carvalho Pinto, voltadas para a interiorização de atividades industriais, comerciais e de ensino superior. Essa política, cujos resultados ficariam mais visíveis nos anos atuais, consistia, no campo do ensino superior, em implantar vários institutos pelo Estado: isolados, em um primeiro momento, esperando-se que eles se transformassem em núcleos universitários, em um segundo momento, que nunca chegou. O Estado nos dava condições excepcionais para ir trabalhar no interior: contrato por cinco anos, como titular, em tempo integral, dinheiro para aquisições bibliográficas e plena liberdade para o planejamento científico. Nessa mesma linha, surgiram outros institutos no interior paulista: em Araraquara, no qual foi trabalhar o Francisco da Silva Borba; em Assis, fundado por Soares Amora, e em São José do Rio Preto. Em Marília, não queríamos nada com a România Velha. Nossas ambições nos impulsionavam para o estudo da România Nova, para o mundo americano.

Com a Unicamp, em 1966, foi diferente. Ela já nasceu pronta para ser o que deveria ter sido a UnB de Darcy Ribeiro.⁴ Deveria, porque durou muito pouco, a UnB so-

⁴ Darcy Ribeiro (1926-1997) organizou a UnB e foi seu primeiro reitor. (Ed.)

freu dura intervenção em 1965. Mas desde 1962, quem liderava a discussão sobre o 'currículo mínimo' de Letras e era o grande articulador da lingüística que então se implantava era o Aryon. Com auxílio da Fundação Ford, conseguiu enviar muito alunos para o exterior. Mattoso ficava na retaguarda, nessas questões de institucionalização da Lingüística. Maurer também não aplicou sua capacidade de liderança, que se manifestava na igreja e na política, na implantação da Lingüística na USP. Tenho a impressão de que a USP não acreditava na Lingüística. Achavam que era uma moda passageira e que não ia frutificar.

Encontrei no pequeno Departamento de Letras de Marília, o Enzo Del Carratore, meu ex-colega da Maria Antônia, encarregado da Cadeira de Língua e Literatura Latina. Com a obrigatoriedade de implantar uma Cadeira de Lingüística, por força do 'Currículo Mínimo de Letras', em 1962, transferiu-se para Marília o Paulo Froehlich, que tinha obtido seu mestrado nessa área, pela Georgetown University, de Washington. Depois veio a Maria Tereza Camargo, hoje Biderman, encarregada da Filologia Românica.

Tínhamos a obrigação de obter o doutorado em cinco anos. Vencida essa fase, nosso pequeno grupo imaginou uma série de iniciativas, que iam desde a realização dos *Encontros de Mestres da Alta Paulista*, para reciclagem de professores de primeiro e segundo graus, passando pela fundação de uma revista, a *ALFA*⁵ – hoje a terceira

⁵ *ALFA, Revista de Lingüística*. Marília: Fundunesp, 1962-1977; 1980, corrente. (Ed.)

revista corrente mais antiga do país –, sugerida por Massaud Moisés (1928), nosso Diretor, até a execução de projetos mais ambiciosos, como convidar sistematicamente figuras conhecidas da Lingüística para interagir conosco. Recebemos Kurt Baldinger (n.1926), da Universidade de Heidelberg, sucessor de Walter von Wartburg (1888-1971), Antenor Nascentes (1886-1972), do Rio de Janeiro, e de nossos ex-professores da USP, Segismundo Spina, Maurer Jr. e Salum, entre outros.

O ponto alto dessa política foi a realização do *Primeiro Seminário de Lingüística de Marília*, em 1966, e o *Seminário de Pós-Graduação em Lingüística*, em 1971, todos eles com seus documentos publicados na *ALFA* [11:1967; 18/19: 1972/1973]. Os objetivos do seminário foram dar um balanço na ciência que então se introduzia no Brasil, tendo em vista o planejamento do grupo. Vieram Mattoso Câmara, Maurer Jr., Aryon Rodrigues, Nelson Rossi, Julio Garcia Morejón, que tinham sido encarregados de escrever textos sobre o Estruturalismo, Lingüística Histórica, Lingüística Indígena, Dialetologia e a Estilística, respectivamente.⁶

Nossa maior expectativa era ver um grande embate entre o 'estruturalismo' de Mattoso e o 'diacronismo' de Maurer. Mas o que emergiu deste primeiro seminário foi a idéia de uma associação nacional de lingüistas, a ABRALIN. Mattoso ponderou que, como a idéia da criação de uma sociedade não estava no programa do Semi-

⁶ Todos publicados em *ALFA* 11: 1967. (Ed.)

*nário, melhor era deixar para discuti-la depois, num encontro programado para Recife.*⁷

Em 1972, promovemos o *Seminário sobre a Pós-Graduação*, o primeiro realizado por uma instituição de ensino superior em nosso Estado [ALFA 18/19: 1972/1973]. Queríamos discutir com o pessoal experimentado como seria a implantação do novo modelo de mestrado e doutorado, inspirado nas universidades norte-americanas.

O prêmio para todas essas iniciativas foi o fechamento do Curso de Letras em 1976, quando se criou a Unesp, transferindo-se seus professores e o precioso acervo bibliográfico para Assis e Araraquara. Mas não a tempo de tirar o crédito de Marília pelos serviços que prestou para a organização do campo da Lingüística no Brasil. Dessas atividades todas, emergiram o *Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL)* e a *Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN)*, ambos em 1969.

Segundo pouso: Campinas

Em 1973, recebi em Marília a visita do Carlos Franchi (1932-2001), que tinha organizado o Departamento de Lingüística da Unicamp, e que estava promovendo a segunda expansão do corpo docente. O primeiro grupo de professores era integrado por ele, e também por Carlos Vogt (n. 1943), Rodolfo Ilari (n. 1943) e Haquira Ozakabe

⁷De fato, a reunião preparatória para a criação de uma sociedade brasileira de Lingüística se deu durante o *IV Seminário Brasileiro de Orientação Lingüística para Professores de Ensino Médio e Universitário*, realizado em Recife, em 1968. (v. Ata da reunião em Altman 1998: 135-138). (Ed.)

(n. 1939). Logo depois vieram o Aryon, o Brian Head e o Carlos Quicoli, que lecionavam e pesquisavam no Programa de Pós-Graduação do *Museu Nacional*, no Rio de Janeiro. O Marcelo Dascal (n.1940) também tinha se juntado ao grupo. O convite era relativo à terceira expansão, em que viria também a Cláudia de Lemos.

Levei um susto com aquele convite. Pouco antes os professores da Unicamp tinham feito sua primeira aparição num dos seminários do GEL. Estávamos discutindo Fonologia, Morfologia e Sintaxe, dentro de um projeto de atualização coletiva de conhecimentos. Creio que foi o Franchi mesmo que nos perguntou se aquilo era tudo. Se não estávamos lendo nada sobre Pragmática e Semântica. Que os tempos eram outros, e que o centro de debate se deslocava cada vez mais para as questões da enunciação. Naquele seminário, ficou patente que, apesar de todos nossos esforços, nós, ‘lingüistas interioranos’, não estávamos refletindo o melhor do debate científico. E agora o Franchi me perguntava se eu não queria juntar-me ao novo grupo. Aceitei no ato, mas, por cautela, pedi que 1974 fosse um ano de experiências mútuas de convivência.

Permaneci na Unicamp até 1992. O ambiente de trabalho era esplêndido: a instituição não tinha história, e se organizava à volta de um plano bem articulado. Logo tiveram início vários projetos coletivos, cujos resultados iam sendo apresentados nos colóquios de pesquisa.

Trabalhar numa jovem universidade, concebida mais para a pesquisa do que para a formação de profissionais foi uma experiência e tanto. As decisões eram implantadas com rapidez. A graduação incluía novidades impensáveis num curso tradicional de Letras. E a pós-graduação já estava atraindo gente interessante.

Li muito, nos primeiros tempos, tratando de atualizar-me. E para não perder um velho hábito, dirigi encontros agora internacionais, como o *Simpósio* e o *Instituto Interamericano do PILEI*, em 1980, e o *IX Congresso Internacional da ALFAL*, em 1990.

A pedido do Franchi, preparei um anteprojeto de centro de documentação, indispensável na área de Humanas, juntamente com a biblioteca. O plano tomaria corpo um pouco mais tarde, e é hoje o *Centro de Documentação Alexandre Eulálio* (CEDAE – IEL / Unicamp).

O arranjo vigente para as bibliotecas seccionais não me parecia muito bom. Não havia uma política nítida de aquisições, catalogação e circulação de livros e revistas – embora a política de assinatura de periódicos científicos fosse respeitada pelos Reitores. Apresentei, a pedido do Reitor José Aristodemo Pinotti (n. 1934), um projeto de sistematização de bibliotecas e de construção de um prédio apropriado para a Biblioteca Central. O projeto virou realidade bem depressa.

Depois, quando era Reitor nosso colega Carlos Vogt, concebi e instalei o Sistema de Arquivos, adaptando um prédio pré-existente para funcionar como Arquivo Central. A memória científica e tecnológica da Universidade não mais se perderia, pois uma gestão sistêmica dos documentos tinha sido implantada. Reuni num livro os principais textos referentes à execução de uma política arquivística (Castilho 1991).

O apoio à pesquisa facilitou a instalação de uma sorte de sucursal do *Projeto NURC*. Todos os materiais foram copiados e depositados no CEDAE, onde estão à disposição dos pesquisadores. Funcionários desse órgão logo prepararam um utilíssimo inventário descritivo dos materiais. Veio depois o *Projeto Gramática do Português Falado*.

Novos rumos teóricos

Foi pelo final dos anos sessenta que comecei a esboçar a idéia de um projeto de descrição do português de São Paulo – a documentação está toda lá no CEDAE – inspirado em certas mudanças que estavam ocorrendo na Dialetoлогия. As idéias que estavam circulando postulavam uma mudança importante no foco da disciplina: tratava-se de passar do estudo da fala rural para o da fala urbana. No mundo latino-americano, em especial, o processo de urbanização se acelerava, e, nele, a proposta de captar esse fenômeno do ponto de vista da língua foi de Juan M. Lope Blanch (n. 1927), lingüista espanhol, radicado no México. Lope Blanch, em seu projeto sobre a norma lingüística urbana culta, (*Proyeto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*), de 1964, implementado a partir de 1967, propunha basicamente a descrição da língua falada nas grandes cidades sul-americanas. Com essa proposta, Blanch se antecipou e/ou agiu simultaneamente a outras iniciativas surgidas nos Estados Unidos e na França. Na França, Blanc e Biggs (1971) tinham proposto estudar a fala da cidade de Orléans. Nos Estados Unidos, Shuy, Wolfram e Riley (1968) estudaram a fala de Detroit. Com sua forte liderança, Lope Blanch promoveu realmente um novo programa de investigação: o estudo da modalidade urbana culta das capitais latino-americanas, a que se atribuiu a designação técnica de *norma*.

No começo, o termo *norma*, que tradicionalmente designa um conjunto arbitrário de regras para se falar e escrever bem, causou muita confusão. Nós não pretendíamos nada disso, buscávamos a descrição e não a prescrição. O projeto tomava o conceito de *norma*, na

acepção de Coseriu (1980) mesmo. Proposto no *Simpósio do PILEI (Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas)* de 1966/67,⁸ Lope Blanch conseguiu rapidamente obter adesões. Sua proposta considerava que Brasil, Portugal e Espanha também entrassem no projeto, pois a intenção era fazer uma comparação entre as modalidades americanas e européias do espanhol e do português.

*Eu ouvi esta notícia em Marília, a gente recebia muita notícia graças ao intercâmbio com a ALFA. Em uma dessas permutas, recebemos uma revista da Colômbia, nem revista era, era um Boletim chamado **Notícias Culturais**. Foi aí que soube do Projeto e mandei de Marília uma carta para o Professor Spina, na USP, tentando engajá-lo na tarefa. Mas o Spina, homem da língua escrita, muito delicado, muito elegante, me disse não.*

Naquele momento no Brasil, e em toda a América do Sul, a Dialetoлогия que havia era mesmo a clássica: entrevistar analfabetos com boa dentição, que morassem na zona rural, para analisar sua fala, e tentar documentar momentos de mudança da língua, sobretudo fonológicos, que ainda não tivessem sido documentados. Você sabe que a Dialetoлогия é uma ciência histórica. O Projeto NURC, como ficou conhecido no Brasil, mudava completamente de enfoque a pesquisa dialetológica; propunha-se uma dialetoлогия vertical,

⁸ O PILEI, oficialmente fundado em 1963, por Donald Solá, em Cartagena de Indias, Colômbia, motivou-se pelo objetivo principal de "... estabelecer um mecanismo de cooperação estável para o intercâmbio entre filólogos e lingüistas dos Estados Unidos, da América Hispânica e da Europa ...". (Castilho 1984:16 *apud* Altman 1998: 161). (Ed.)

estratificada socialmente. Essa foi a idéia que eu achei boa. Preparei uma adaptação do projeto para o Estado de São Paulo, e enviei o texto respectivo a vários colegas, para que fizessem uma crítica. Num desses contatos, Nelson Rossi me contou que ele já havia sido encarregado pelo próprio PILEI [no *IV Simpósio*, de 1968] de estudar a entrada do Brasil no projeto, propondo que as pesquisas fossem desenvolvidas em cinco cidades. Foi aí que mandei uma carta para o Segismundo Spina, porque eu estava em Marília, e pensei, “*daqui de Marília este programa não vai dar certo*”.

Com a negativa do Spina, São Paulo como é que ficava? O Salum achou a idéia boa, embora também não trabalhasse com isso. O projeto começou com o Salum como coordenador, e eu.⁹ Ele não quis ficar sozinho, não permitiu, ele disse:

– *Você que está dando a idéia – dando a idéia não, trazendo a idéia – você fica.*

Quando Salum se aposentou, entrou Dino Preti no lugar. Foram criadas duas equipes de documentação: a primeira, organizada por Ada Natal Rodrigues, recolheu quase a metade do *corpus* e a segunda, organizada pelo Dino, completou essa tarefa.¹⁰

⁹ Os coordenadores do Projeto NURC no Brasil então foram: Recife, José Brasileiro Vilanova; Salvador, Nelson Rossi – também o primeiro coordenador geral – Rio de Janeiro, Celso Cunha; São Paulo, Isaac Nicolau Salum e Ataliba de Castilho; Porto Alegre, Albino de Bem Veiga. (Altman 1998: 84). (Ed.)

¹⁰ Para históricos parciais do Projeto NURC no Brasil, veja-se Castilho 1972/1973, 1981 e 1986; Preti 1981 e 1987, Cunha 1985; Cardoso 1990 e Callou 1999. (Ed.)

Primeiro, a empiria: a gramática do português falado

E começaram as pesquisas baseadas nas entrevistas do NURC. Só que aqui, no Brasil, as pesquisas tomaram um rumo que não estava previsto inicialmente pelo projeto: o estudo da pragmática do português falado. Nosso primeiro desafio foi propor uma forma de transcrição dos dados, porque tínhamos resolvido publicar as amostras de São Paulo. Teve um seminário na Unicamp, em que Dino, [Luiz Antonio] Marcuschi e eu, ficamos uma semana ouvindo as fitas, tentando fixar critérios sobre o quê colocar no papel. Ora, quando a gente olhava aquilo, o fato pragmático pulava mais no olho do que o fato gramatical, era quase inevitável. O mesmo tinha acontecido nos Estados Unidos com [Gail] Jefferson, [Harvey] Sacks (1935-1975) e [Emanuel] Schegloff (n.1940) [v. Sacks 1974]. Eles também foram vendo naqueles materiais como é que as pessoas conversavam, e propuseram categorias de conversação. Isso foi uma coisa muito interessante, porque a Pragmática trouxe novos argumentos à teoria lingüística. Bom, é verdade que na hora em que você está atuando num projeto, você não tem uma percepção clara de tudo que está acontecendo, só depois.

Mas o fato é que não estávamos descrevendo gramaticalmente os materiais, e era preciso resgatar isso do projeto original, descrever a variedade culta falada no Brasil. Foi assim que surgiu o *Projeto Gramática do Português Falado*. Reuni um corpo de colegas, fora do Projeto NURC, e, no *I Seminário*, em Águas de São Pedro, em 1988, propus a eles a idéia de se fazer uma gramática do oral.

Teve momentos difíceis naquele Seminário, porque nós que estávamos lidando com transcrição e com o estudo

de conversação achávamos que tínhamos muito mais conhecimento do que era aquilo, do que o pessoal da teoria gramatical. E o pessoal da teoria gramatical, vários gerativistas, achavam que eles não estavam comparecendo ali para receber aula de ninguém. Aliás, tinham razão. Esse era mesmo o caso. Houve um choque muito forte, porque havia uma tentativa de catequese dos dois lados, dos pragmaticistas e dos gerativistas, foi muito difícil. Na metade do Seminário, parecia que uma vasta crise ia acabar com o projeto no seu nascedouro.

Até que me ocorreu uma coisa muito simples, bem óbvia: *“Por que não parar com esta história da catequese, e fazer um exercício em que cada um aqui vai dizer como vê uma gramática do oral?”* Propus que suspendêssemos o Seminário, que cada um fosse para um canto, sozinho ou em grupo, como quisessem, e respondessem a esta pergunta:

– *“A minha Gramática do Português Falado, como é? como se faz?”*

O curioso é que ninguém foi realizar essa tarefa sozinho. Os gerativistas foram para um canto; os pragmaticistas para o outro. Surgiram propostas muito interessantes, vencendo a idéia de reunir aquelas pessoas em grupos de trabalho, de modo que cada um mantivesse a sua fidelidade teórica e tratasse os fatos do seu ponto de vista.

O resultado prático é que esta gramática tem um componente textual muito forte, muito grande além dos que, tradicionalmente, tratam as gramáticas: i.e., Fonética, Fonologia, Morfologia, Sinta-

xe. Nas gramáticas mais antigas, vinha até um capítulo sobre versificação. Neste *Projeto*, cada grupo estabeleceu uma agenda de pesquisas, e os pesquisadores passavam uma parte do ano trabalhando de forma independente. Tínhamos um Seminário anual em que discutíamos os textos de todos, que depois foram publicados em série – agora vai sair o oitavo e último volume – até que se esgotasse a agenda e tudo fosse consolidado na Gramática propriamente dita, que é o que estamos fazendo agora. [v. Castilho 1990, 1993, 1996; Ilari 1992; Kato 1996; Neves 1999 e Abaurre (no prelo)].

Cada volume terá uma introdução para explicar sob que viés teórico aqueles dados foram vistos. Quando você se dispõe a fazer uma gramática amplamente descritiva, uma gramática que procure dar conta, eu não diria da totalidade, mas do grosso dos dados, nessa hora, você não pode partir de uma teoria só, porque cada teoria vai iluminar um aspecto da língua, deixando os outros de fora.

Há uma fábula que ilustra o que eu estou dizendo: uns cegos rodearam um elefante, e cada um procurava dar sua definição do animal. Um apalpava a perna e dizia “é como se fosse um tronco, grosso e rígido”; o outro pegava o rabo e dizia: “é uma coisa fina e flexível, não tem nada de grosso nem de rígido”. Quer dizer, todos tinham razão e nenhum sozinho tinha a razão toda.

Nós, lingüistas, estamos em volta deste elefante que é a língua; cada um vê um pedaço e ninguém vê o todo. Talvez a lingüística cognitiva veja o todo, mas vai ter que ser alguma coisa que fique acima dos níveis de análise, um outro domínio.

Enfim, eu acho que o mais interessante desse grupo foi acentuar que não existe um único padrão de português, não existe alguma coisa única que se chame ‘Português Brasileiro.’ Mesmo na modalidade culta há uma certa variação, inevitável em um território vasto como o nosso, povoado por arranjos sociais também diferentes. Acho que esta foi uma das conclusões importantes do projeto; a outra é que talvez seja possível formular agora uma teoria sobre a língua falada e sobre a gramática do oral: primeiro a *empíria*, depois a teoria, acho que é assim.

Durante o andamento do *Projeto Gramática do Português Falado*, visitei os grupos que estavam lidando com a oralidade na França, na Itália, e aquele grupo da Sandra Thompson, nos Estados Unidos. A produção teórica destes grupos é muito diferente, totalmente diferente. Os mais conservadores são os franceses: Claire Blanche-Benveniste aplica uma técnica estruturalista para explicar o francês oral. Quando eu estive lá, por quatro meses, eu disse:

– Você não acha que a gente deveria fazer algum esforço para identificar os processos constitutivos da língua em lugar de uma descrição segmentada, em que um pedaço não converse com outro pedaço ? E ela falou:

– Eu sei que a língua não é assim, mas a gente, quando descreve, tem mesmo que cortar uns pedaços e, por outro lado, na minha cabeça, fazer lingüística é o seguinte: é colocar certos elementos num saquinho aqui, outros num saquinho aqui, agora se eles conversam ou não entre si, isso eu não estou perguntando.

Já os italianos estudam a questão dos processamentos da oralidade. Eles mostram que na língua falada há uma organização caótica das coisas, e que deve haver outras forças intervindo que não as forças da determinação estrutural. Deve haver outras coisas. Mas tanto quanto eu li, as tais forças não foram identificadas. Estou falando do grupo que o Tullio de Mauro organizou em Roma, com gente de várias universidades italianas, gente de Pádua e de outros lugares. Ele publicou um livro – *Come parlano gli italiani?* (de Mauro 1994), em que dá para captar bem as reflexões que eles estavam fazendo até aquele momento.

Tenho andado atrás dos processos que podem conectar os achados descritivos do nosso projeto. Tenho feito alguns exercícios interpretativos com o Milton do Nascimento, de Minas Gerais, e a gente tem batido muita bola. Hoje me parece bem evidente que o que liga as expressões lingüísticas, presidindo os processos que estão por trás delas, são dispositivos sociocognitivos. Eles podem ainda não estar muito claros, mas deve ser por aí. Quando falamos disso, o Milton costuma lembrar daquela piada em que, após observar uns elefantes que passavam voando, um mineiro disse para o outro:

– *É, compadre, o ninho dos elefantes é por aqui... De novo a língua–elefante!*

Enfim, a gente tem conversado um pouco sobre isso. Escrevi algumas coisas muito preliminares, uma conferência que eu li no Chile (Castilho 1999), antes disso, um texto publicado na *Miscelânea de estudos dedicados à Claire Blanche-Benveniste* (Castilho 1998). Digamos que a parte da interpretação é ainda um projeto em andamen-

to. É interessante destacar que, quando essa gramática for publicada, ela vai ser a primeira gramática românica da modalidade oral. No mundo das línguas românicas, o português está entre as grandes, mas a maior é o espanhol, que é a quinta língua do mundo; o português é a oitava. A nossa será a primeira língua românica que vai ter a sua modalidade falada culta, bem descrita, acho que isso vai ser uma contribuição boa deste grupo e vai motivar o debate teórico.

Já a língua escrita está coberta por um projeto da Maria Helena Moura Neves, que também trabalhou no projeto do oral. Ela publicou a *Gramática de Usos do Português Brasileiro* (Neves 2000). Isso foi possível, porque em Araraquara, o Francisco da Silva Borba organizou um grande centro de documentação da língua escrita. Hoje eles têm o maior volume de textos informatizados prontos para pesquisa que há no Brasil. A idéia era organizar esse banco de dados para depois fazer um dicionário e uma gramática. Já saiu *o Dicionário Gramatical de Verbos* (Borba 1991). Agora vai sair *o Dicionário de Usos do Português* (no prelo). A idéia inicial de uma gramática da língua escrita foi de Mário Alberto Perini, mas o Perini nunca teve muito gosto para reunir equipes de pesquisa e lidar com dados; seus trabalhos têm um forte componente de introspecção. Ora, não creio que temos toda a língua na nossa cabeça, os dados documentais acabam sempre revelando verdadeiras surpresas, mesmo para falantes nativos...

Para além da Europa e Estados Unidos, a América Latina

Dois grandes associações de lingüistas foram criadas na América Latina. A *Associação de Lingüística e Filologia da América Latina* (ALFAL), fundada em 1965, e ativa até hoje e, envolvendo tam-

bém a América Anglo-Saxã, o *Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas* (PILEI), fundado em 1970. Como o nome indica, o PILEI era um programa, isto é, um espaço acadêmico para o encaminhamento de projetos coletivos de pesquisa. Por sua vez, a ALFAL é uma associação de profissionais, de especialistas que se reúnem e apresentam seus trabalhos. A idéia da sua criação surgiu em 1962, numa reunião que houve nos Estados Unidos,¹¹ em que havia muitos latino-americanos. Até aquele momento não dispúnhamos no Brasil de associações nacionais de Lingüística – a própria *Associação Brasileira de Lingüística* (ABRALIN) só seria criada em 1969.

Para decidir sobre a ALFAL, foi organizada uma primeira reunião em Viña del Mar, Chile, em 1964. Os temas então versados acabaram por compor a pauta de atuação da Associação: Lingüística (Espanhola, Portuguesa e Ameríndia), Filologia e Literatura. Depois disso, foram se sucedendo os Congressos Internacionais, sempre realizados em conjunto com os Simpósios e os Institutos Interamericanos do PILEI. O primeiro foi no Uruguai em 1968, e o segundo foi aqui no Brasil, em 1969. Os congressos da ALFAL têm sido realizados a cada dois anos e meio, em média, doze até aqui.¹² Todas suas atas foram publicadas. É possível fazer uma história da lingüística na América

¹¹A idéia de sua fundação ocorreu em agosto de 1962, em Cambridge, Massachusetts, durante o *IX Congresso Internacional de Lingüística*. (Ed.)

¹²A ALFAL realizou os seguintes Congressos Internacionais: Montevideú, Uruguai, em janeiro de 1966; São Paulo, Brasil, em janeiro de 1969; San Juan, Puerto Rico, em junho de 1971; Lima, Perú, em janeiro de 1975; Caracas, Venezuela, em janeiro de 1978; Phoenix, EUA, em setembro de 1981; São Domingos, República Dominicana, em setembro de 1984; Tucumán, Argentina, em setembro de 1987; Campinas, Brasil, em agosto de 1990; Veracruz, México, em abril de 1993; Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, em julho de 1996 e Santiago, Chile em agosto de 1999. (Ed.)

Latina consultando essas atas e também as atas dos Simpósios do PILEI, – eu tinha a coleção disso tudo, mas doeï ao *Instituto de Estudos da Linguagem* da Unicamp [=CEDAE]. Num segundo momento da história da ALFAL, ela herdou do PILEI os projetos coletivos que tinham surgido ali, por exemplo, o *Proyecto de Estudio del Habla Culta*, de Lope Blanch, que presidiu a ALFAL por 16 anos, e que é hoje um de seus Presidentes de Honra. Com a desativação não declarada do PILEI, em 1981, era de se esperar que outros projetos coletivos passassem para a ALFAL, o que não aconteceu. A ALFAL tinha que começar a desenvolver projetos próprios.

Uma terceira fase na vida da ALFAL surgiu depois de seu *IX Congresso*, realizado na Unicamp, em 1990. Ao apresentar a candidatura do Brasil durante o *VIII Congresso*, realizado em Tucumán, Argentina (1987), propus à sua Diretoria um novo formato para os nossos congressos.

Até então, havia cinco conferências plenárias, seguidas de uma miríade de comunicações de valor muito desigual. Era o tempo inteiro aquela correria, para ouvir as “ponencias”. Eu olhava para aquilo tudo e pensava: “Que boa oportunidade nós estamos perdendo aqui, de pôr essa gente a conversar organizadamente sobre seus interesses científicos”.

Propus, então, que se diminuísse o número de comunicações e se criasse espaço para as comissões de pesquisa, previstas nos Estatutos, e que atuariam como grupos de trabalho. Lideradas por pesquisadores de renome, essas comissões especificariam um conjunto de

temas de interesse para o desenvolvimento da Lingüística, Filologia e da Crítica e História da Literatura na América Latina. Seu coordenador, ou coordenadores, escreveriam um texto de base para motivar os debates, e assim, quando o associado chegasse ao Congresso, se inscreveria numa dessas comissões, trabalhando ali cerca de três horas por dia. No final, projetos novos poderiam ser propostos e, com isso, essas comissões tematicamente orientadas manteriam ativos os interesses científicos do corpo associativo no intervalo dos congressos. Depois de feito isso em 1990, todos os congressos subsequentes acompanharam esse modelo. Como disse, os Estatutos da ALFAL prevêm essas comissões, que no início eram umas quatro, cinco, agora devem ser bem umas doze ou mais.

No próximo Congresso, o XIII, (Costa Rica, 2002), estréiam novas comissões, como a de *Historiografia Lingüística Latino-Americana*, coordenada pela Cristina Altman, aqui da USP, a de *Política Lingüística Latino-Americana*, coordenada por Lia Varella, do *Institut d'études créoles et francophones*, Université de Provence, a de *Gramática Espanhola*, coordenada por Marta Luján, da *University of Texas*, em Austin, entre outras. Sempre achei a ALFAL muito hispanista. Se você pegar a *Lingüística*, a revista da associação, nota que, nos dez primeiros números, 68% dos textos tratam do espanhol. A língua espanhola é indubitavelmente uma das mais difundidas no mundo. Porém, essa concentração de interesses não reflete a complexidade lingüística da América Latina. Os Estatutos da ALFAL mostram um equilíbrio maior a esse respeito, quer dizer, os projetos têm que ter proporções iguais: lingüística ameríndia, lingüística portuguesa, lingüística espanhola. Aparentemente, a ALFAL, em sua atuação recente, não vinha levando em conta esse equilíbrio, pelo menos

na minha avaliação. Por isso, agora que fui eleito Presidente para o período 1999-2005, procurei dar à Lingüística ameríndia o espaço que lhe corresponde, formando duas comissões: uma de *Lingüística Ameríndia I*, dirigida pelo Professor Ramón Arzápalo, especializado em Maia, para discutir as línguas indígenas do México, da América Central e do Caribe, e outra, a *Comissão de Lingüística Ameríndia II*, coordenada por Lucy Séki, Unicamp, autora da *Gramática do Kamayurá* (Séki 2000). Na verdade, era preciso criar ainda uma terceira comissão, porque o panorama das línguas indígenas americanas é muitíssimo complexo para ser coberto por apenas duas comissões, pensamento esse compartilhado por Arzápalo e por Séki. Envolvi nessa discussão também o Rodolfo Cerrón-Palomino, quechuísta de renome, peruano, autor da *Lingüística Quechua*, obra que não encontra similar na Lingüística Portuguesa, por exemplo.

Criamos essas comissões para que entre um congresso e outro não se interrompesse a atividade científica. Pelo contrário, esperamos que continue e que estimule o surgimento de novos projetos. Meu sonho mesmo, que eu não sei se vai dar certo, é que esses três blocos científicos dialoguem entre si, que selecionem um tema, vamos supor, um tema gramatical, suficientemente amplo para ser discutido por um indigenista, por um hispanista e por um lusitanista. Seria uma bela integração da América Latina no campo dos estudos da linguagem. Poderíamos passar a produzir textos teóricos, respaldados pela matéria-prima que são as línguas ameríndias do subcontinente. Como lingüistas do português, do espanhol e do francês, temos chances reduzidas de criar uma teoria nova, porque operamos sobre línguas muito conhecidas. Todas essas línguas indo-européias, o grego inicialmente, o latim depois, as línguas germânicas, sobretu-

do o inglês agora, vêm lastreando as teorias, a partir de categorias que lhes são próprias.

Ora, as línguas indígenas são muito diferentes das indo-europeias. Embora as pessoas digam que uma boa teoria é universal, não é assim, na verdade. Há uma relação dialética que se dá entre a teoria e a língua que lhe fornece a base empírica. E essas teorias têm surgido nos lugares com maior produção descritiva ao longo dos tempos, são os lugares cuja língua nacional é muito bem conhecida.

Vejam, no caso do inglês, Otto Jespersen (1860-1943), o dinamarquês que escreveu uma gramática do inglês em oito volumes. Feita a gramática, ele escreveu um belo livro que até hoje inspira muito o pessoal que quer fazer reflexão teórica, *The Philosophy of Grammar*, de 1924. Ele reconhece expressamente em seu livro que só se pode escrever teoria depois de muita *empíria*. Por isso, acho que quanto mais elaborarmos o estudo das línguas indígenas, mais chances teremos de teorizar e, com isso, até poderíamos ver com novos olhos problemas do português e do espanhol que podem agora nos estar escapando.

Outra coisa que eu penso é que a Lingüística Brasileira se desenvolveu bem mais do que a Lingüística Hispano-americana. Até os anos sessenta, nossos vizinhos estavam bem à frente da Lingüística Brasileira, não se podia nem comparar. Eu escrevi sobre isso no *Estadão* (Castilho 1971a e 1971b). Mas agora, a situação se inverteu, porque, enquanto as ditaduras iam desmontando as universidades hispano-americanas, no Brasil foram feitos investimentos na pós-graduação: houve financiamento para bolsas, para compra de livros, para trazer gente de fora. Com isso, a Lingüística aqui se tornou muito mais variada, complexa, mais rica do que a da América Espanhola.

Eu gostaria que viessem novas vocações da América Espanhola fazer o seu doutorado aqui no Brasil, e que os brasileiros fizessem acordos de intercâmbio científico com os colegas, mesmo porque esta parte do mundo precisa se integrar. Nós, lingüistas, poderíamos dar nossa contribuição para isso, buscando uma integração no domínio científico.

Em lugar disso, estabelecemos relações mais fortes com a Europa e com os Estados Unidos que, obviamente, precisam ser mantidas. Mas deveríamos buscar também a América Latina. Gostaria de envolver a ALFAL numa política semelhante, sensibilizando um pouco os dois lados, porque nossos vizinhos também têm a mesma relação forte com a Europa e os Estados Unidos e, no caso dos hispano-americanos, uma relação especial com a Espanha. O ideal de um professor hispano-americano é fazer Lingüística na Espanha, o que não deixa de ser curioso, mormente depois do Carlos Subirats, da Universidade Autônoma de Barcelona, ter escrito um artigo daqueles de balançar tudo, em que ele faz uma avaliação muito negativa da Lingüística Espanhola (Subirats- Rüggeberger, no prelo).

Segundo este artigo, a Espanha é muito conservadora, tem aquele peso da *Real Academia*, para a qual fluem muitos financiamentos para fazer o dicionário, para fazer a gramática. Boa parte do dinheiro já vem direcionado para a *Academia*, embora o *Dicionário* de Maria Moliner [Moliner 1973] e a *Gramática Descriptiva la Lengua Española*, organizada por Ignacio Bosque e Violeta Demonte [Bosque 1999] tenham sido feitos com recursos privados. É verdade que a Espanha tem para os hispano-americanos uma grande importância, é uma cultura muito forte, muito expansiva, mas na Lingüística, as coisas se passam de outro modo, e eu gostaria que todos percebêssemos isso.

Estou falando aqui de uma mudança cultural, que passa necessariamente por um aumento da auto-estima de todos nós, latino-americanos. É preciso que nossas ligações incluam outros rumos, que se enriqueçam, um processo, por certo, lento. Enfim, espero que um dia ‘caia a ficha’, pois, por enquanto, as reações às minhas propostas têm sido muito pequenas. Algumas pessoas já entenderam. Se essas pessoas conseguirem, nos seus meios, tentar fortalecer essa linha, eu acho que para a América Latina como um todo vai ser muito bom. Nós precisamos nos conhecer, não podemos continuar com essa ignorância mútua, e o estudo da língua e da literatura é um excelente caminho para essa busca de integração.

Depois da empiria, a história: o Português dos brasileiros

O *Projeto História do Português de São Paulo* começou em 1995 aqui na USP. Em princípio, pensei fazer uma espécie de NURC diacrônico. Depois que o NURC compilou um enorme acervo de dados e o *Projeto Gramática do Português Falado* os descreveu, faltava, apenas, o trabalho de consolidação histórica. Achei interessante justificar, ou tentar justificar, por que o português, pelo menos na nossa modalidade culta, descrito por esta gramática, é como é. Por que ele ficou como ficou? Era esse o interesse do estudo deste material de uma perspectiva histórica.

Já havia algumas das equipes do NURC regravando entrevistas com o mesmo indivíduo vinte anos depois, para observar se tinham ocorrido mudanças. O grupo do Rio está fazendo isso. Na idéia do projeto, pesou também um pouco a questão dos quinhentos anos do ‘descobrimento’ do Brasil, enfim toda a coisa da história ficou muito

forte neste fim de século. O projeto foi montado aqui, registrado burocraticamente como linha de pesquisa do programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP, e eu achei que devia promover um seminário. Organizei o *I Seminário* na USP, em 1997, e chamei outras pessoas que já tinham demonstrado interesse por isso, que já tinham trabalhado com a Mary Kato, ou que já estavam no pedaço muito antes do Fernando Tarallo (1951-1992) e da Mary terem deslanchado seu projeto de base variacionista e gerativista.

Foi este o caso da Rosa Virgínia Mattos e Silva, da Bahia, que nunca deixou a lingüística histórica descontinuar, pela ação pessoal dela e de seus orientandos. E também o de um lingüista do Uruguai, Adolfo Elizaicín, que está ligado ao *Projeto História do Espanhol da América*, começado antes do nosso aqui. O que se buscava com este Seminário era ter uma idéia mais clara sobre as tarefas a que podíamos nos propor. O resultado, inesperado, foi uma rápida expansão do projeto para outros Estados, e o projeto teve de ser rebatizado como *Projeto para a História do Português Brasileiro*. Juntaram-se a nós Marlos de Barros Pessoa, de Pernambuco, Rosa Virgínia Mattos e Silva, da Bahia, Jânia Ramos, de Minas Gerais, eu mesmo e Marilza de Oliveira, aqui em São Paulo; no Paraná, Sônia Cyrino; e, em Santa Catarina, Gilvan Müller de Oliveira. Rapidamente se articulou um novo projeto nacional.

A idéia inicialmente foi desenvolver três agendas emparelhadas. Uma, sobre *mudança gramatical*, em que os grupos podiam se dividir nas duas orientações teóricas em evidência: os gerativistas, com seu modelo de ‘princípios e parâmetros’, e os sociolingüistas, com o estudo dos processos de ‘gramaticalização’. Tínhamos um segundo subprograma de *História Social do Português Brasileiro*, en-

carregado de historiar as variedades culta e popular, e um terceiro, mais penoso, de constituição do *corpus* para o projeto. A dificuldade aqui é maior, em relação ao projeto da gramática, porque não temos um *corpus* organizado; os problemas envolvidos no estudo da história de uma língua são muito mais complexos.

Há mais ou menos três semanas, houve o IV Seminário, realizado em Teresópolis, pela equipe do Rio de Janeiro. O ritmo das pesquisas por ora segue o mesmo ‘modelito’ da gramática: o grupo regional discute internamente suas pesquisas, que depois são apresentadas e discutidas no seminário nacional, sendo publicadas em série própria, a cargo da *Humanitas*. Até aqui saíram dois volumes, o primeiro, organizado por mim mesmo, em 1998, e o segundo, organizado por Rosa Virgínia e publicado em 2000, compreende dois tomos (Mattos e Silva 2000).

Os primeiros resultados deste projeto confirmam o que o *Projeto da Gramática* já tinha mostrado, no sentido de que o tal de Português Brasileiro não é uma unidade monolítica, sendo muito diferente nos seus fundamentos históricos. Aqui, em São Paulo, teve todo este movimento social de dispersão dos paulistas até o século XVIII: primeiro as bandeiras, depois as minas, e, finalmente, os tropeiros. Depois, inverte-se esse papel, e São Paulo começa a atrair gente, sobretudo no século XIX, com a imigração européia, e no século atual, com a forte migração do interior, sobretudo, do interior do Estado de São Paulo. Eu já escuto aqui na Capital, com mais freqüência do que quando era aluno da USP, traços do meu português caipira. Nos anos cinquenta, quase não se ouvia ninguém retrofletindo o “r” – agora, ouço a toda hora, e fico mais feliz com isso. Ocorreu também, no mesmo século, uma fortíssima migração nordestina. Essa mistura re-

sume em poucas palavras a complexidade do quadro lingüístico paulistano. A primeira tese de doutoramento defendida no âmbito deste projeto da história do português de São Paulo versou sobre as formas de tratamento do século XIX (Salles 2001).

Agora, se você vai para o Rio de Janeiro, já é outra coisa. Até a chegada dos portugueses, os aproximadamente 14 mil habitantes do Rio estavam desenvolvendo um tipo de português com mudanças locais. De repente, em 1808, com a vinda da família real, saem, dos navios, 16 mil portugueses, o que provocou uma lusitanização maciça do português carioca, tornando a variedade local diferente da nossa, paulista.

Em Santa Catarina, a história social mostra três pólos, que estão sendo estudados pelo Gilvan: você tem a contribuição lingüística dos açorianos na faixa litorânea, os traços deixados pelos tropeiros paulistas numa faixa central, e a influência de alemães, italianos e poloneses na faixa oeste.

Na Bahia, ocorre uma grande diferença entre o que é o Recôncavo, a área de Salvador, por onde começou a colonização, que mostra um velho português, e o que é o interior bahiano, onde há lugares com forte imigração galega.

É de uma riqueza espantosa o português do Brasil. A gente ainda não sabe nada, por isso até aqui ficávamos repetindo as lições de pioneiros como Serafim da Silva Neto, com seus estudos mais livrescos do que fundamentados em dados de arquivo. Hoje vemos que a coisa é mais complicada, então eu prevejo que esse projeto vai enriquecer nosso conhecimento sobre a história do Português do Brasil.

Esse projeto terá mais de uma interface. Uma delas é com a Dialectologia. Quando Silva Neto (1955) agitou a idéia da Dialecto-

gia, deixou bem claro que o país era tão grande que aqui não seria possível ter um atlas lingüístico nacional, logo de entrada, como tinha sido o caso da França. Ao mesmo tempo, Antenor Nascentes redigiu um guia (Nascentes 1958/1961), que propunha um mapeamento das regiões a serem pesquisadas. Houve até um congresso em Santa Catarina, com a participação de Manuel de Paiva Boléo (1904–1998), que fazia dialetologia em Portugal, que procurou incentivar a atividade dialetológica no Brasil. Finalmente, Nelson Rossi resolveu fazer um Atlas, e, seguindo as orientações de Silva Neto, realizou o atlas regional da Bahia, e depois o do Sergipe (Rossi *et al.* 1963, Ferreira *et al.* 1987). Logo depois foram feitos o de Minas Gerais (Ribeiro *et al.* 1977), o da Paraíba (Aragão e Menezes 1984). Em São Paulo, Pedro Caruso fez todas as entrevistas (Caruso 1983), depois ficou doente e não pôde acabar. Mas, como tinha orientado a Vanderci Aguilera, que fizera o Atlas do Paraná (Aguilera 1994), ela agora está colaborando, fechando o Atlas de São Paulo. Tem também o pessoal do Sul (Koch *et al.* 1997). Agora que se criou uma competência brasileira nesta área, é hora de fazer o Atlas brasileiro, e este é o projeto que está se desenvolvendo há já dois anos: é o *Atlas Lingüístico do Brasil* (ALIB), coordenado pela Profa. Suzana Cardoso, da Bahia, ex-presidente da ABRALIN, e que tinha integrado a equipe pioneira de Nelson Rossi (Cardoso 1999).

Além do mapeamento geográfico da variação do português brasileiro, os objetivos da Dialetologia brasileira foram alargados pela teoria da variação e mudança, que tem muita influência aqui no Brasil, por causa da ação do Fernando Tarallo, da Unicamp, e de Anthony Naro, da UFRJ. Novos grupos de sociolingüistas surgiram. A Sociolingüística associou o fenômeno da variação com o fenômeno

da mudança, evitando dissociar a sincronia da diacronia, aliás foi este o modelo que acabou com a rigidez da dicotomia, que vinha dos tempos de Saussure. Se toda língua é heterogênea, há variação; e se há variação, temos a possibilidade de escolha, em algum momento, de determinada variante; se esta escolha se generalizar, há mudança.

Lingüística e ensino do Português

Acho que um ponto positivo dos lingüistas brasileiros é o fato deles estarem envolvidos com a sociedade, eles não estão assim isolados fazendo as suas pesquisas. Pelo menos, o grosso deles está vendo de que modo as elaborações da academia podem prestar algum serviço na questão do ensino. Quando você lê os *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa* (v. Ministério da Educação 1999), que foi um trabalho de lingüistas de nossas universidades públicas, vê que ali está o melhor da reflexão contemporânea do Brasil. As questões ali levantadas nem sempre são entendidas pelo pessoal que leciona em Faculdades de Letras privadas e, com isso, novas gerações de professores de primeiro e segundo graus estão sendo formados sem se beneficiarem dessas contribuições. Há, portanto, todo um trabalho – e eu estou discutindo isso com os colegas da USP – de passagem destas coisas para os professores, sem o quê os parâmetros não surtirão os resultados que deles se esperam, por falta de conhecimento científico, visto que esse documento traz uma teoria muito moderna da língua.

Sei que há toda uma reação contra o Ministério da Educação, nós somos muito críticos. Mas acho que eles estão com um olhar conveniente para a formação do cidadão de uma democracia. Claro que estão fazendo muito erro no lado econômico, mas, na educação,

eles têm gente que está pensando bem as questões do ensino. Aqui, particularmente na USP, quando aparecem sugestões do Ministério, do Governo Federal, isso cai sempre muito mal. Logo se diz que está errado, que aquilo é o mercado tentando engolir a Universidade, acabar com o ensino, porque o liberalismo, o neo-liberalismo, etc. Eu não gosto muito dessa atitude, porque ela implica em não discutir as coisas, não debater os argumentos. E também é uma atitude – aqui já é uma visão meio pessimista – que implica em não se envolver: *“eu não preciso fazer nada, como isso está tudo errado mesmo, eu não preciso nem me preocupar”*.

Ainda bem que algumas universidades assumem uma posição mais construtiva, como, por exemplo, o pessoal da Federal de Minas, entre outros. Nós aqui na USP podemos ficar isolados, se a atitude de se isentar da discussão persistir. Há o risco de cairmos na irrelevância, quando paramos de dialogar com o mundo real. O resultado é que, na minha visão, este vazio está sendo ocupado na mídia por um pessoal conservador, despreparado, como os apresentadores de programa de televisão e os responsáveis pelos ‘consultórios gramaticais’, que voltaram com outro rótulo, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro, e em outras capitais. Recuamos no tempo!

A mídia, por enquanto, está sendo a voz do conservadorismo em matéria de língua, como se a questão do certo e do errado tivesse alguma centralidade num ensino renovado. Os responsáveis por isto não são lingüistas, não estão a par do que está rolando nestes projetos, não conhecem as novas contribuições, e acho que também não querem saber. Não deixa de ser gozado que esse conservadorismo surja logo agora, quando se nota na sociedade brasileira um enorme movimento de sobe e desce das diversas camadas sociais, que fatal-

mente se reflete na língua e nas atitudes que a cidadania desenvolve a seu respeito.

O relevante é você produzir um texto, ser capaz de entender um texto, isso é que é relevante. O certo e o errado, diante disso, é ninharia, conversa de comadres, mas é o forte da mídia, porque lá não chegou ainda a voz da academia. A academia está muito pálida, muito tímida, não está querendo enfrentar isso.

É preciso observar que o Ministério ouviu os lingüistas brasileiros. Os *Parâmetros Curriculares* não acolhem essa ação da mídia que, falaciosamente, quer dar a entender que a voz da cidadania é algo do tipo “*o Estado é que está certo, o professor de português está certo, e eu estou errado*”. Acho que nós professores de português de primeiro e segundo graus temos uma responsabilidade muito séria sobre esse processo, porque fomos nós que criamos, em outras décadas, essa perspectiva redutora sobre o que é ensinar português, aprender português. Eu cansei de ouvir, sendo apresentado a alguém, um médico, por exemplo:

– *Ah, o Senhor é professor de português ! Ih rapaz, eu cometo tanto erro ! O cara já começa a se reprimir, eu penso assim: “nossa, que maldita essa minha profissão, calamos a boca da cidadania...”!*

Acho que a Universidade tem um forte papel a desempenhar, de fazer pressão, falar, mostrar. Ela tem os seus órgãos de divulgação, a USP tem uma TV, tem um jornal e pode, através do Estado, procurar a Fundação Anchieta e dizer: – *Moçada, vocês estão prestando um desserviço, vocês estão fazendo tudo ir para trás.*

Mas não estamos fazendo isso. A gente fica xingando no café, ou aqui, nesta entrevista. O jeito seria discutir uma política lingüística para o país e ir em frente, implementar debates sobre o ensino, sobre a gestão da língua pelo Estado, a língua das minorias, a questão de línguas estrangeiras, etc. Está faltando mesmo é agressividade, parar de ficar falando uns para os outros, dentro dos muros da academia.

A volta ao ponto de partida: a Universidade de São Paulo

Tenho a esse respeito algumas sensações muito descontraídas. De um lado, acho que com essa enorme quantidade de alunos que a USP tem, aumentam as possibilidades de aparecer gente muito boa, porque a amostra é muito grande. Aparecem alunos ótimos na graduação. Eu tive mais alunos bons aqui do que na Unicamp, falando sempre da graduação. Não vou comparar com Marília, porque a proporção não dá, embora lá também eu tenha tido ótimos alunos.

O outro sentimento que eu tenho, e agora concentrando-me mais na área de Letras, é que o pessoal parece viver muito do passado, tem poucas pessoas agressivas. É habitual você ouvir observações do tipo:

– Puxa, que bom era o tempo em que Antônio Cândido lecionava! E logo outro suspira de lá: – e o Theodoro Henrique Maurer Junior então, você tinha que ver as aulas do Maurer! O pessoal de Letras Clássicas – e neste por vezes me incluo – ataca logo de Robert Henri Aubreton: nosso grande professor de grego, tão ativo, tão inspirador!

Eu acho um pouco triste isso, porque esses suspiros parecem indicar que não surgiram quadros com a mesma garra daqueles queridos mestres. Parece que não temos presente. E o futuro então, como será ? Uma Universidade destas, uma cidade como São Paulo, e contando nós com esse primor de fundação que é a FAPESP [*Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo*], ela mesma um produto da USP, em sua criação.

Outra coisa que é estranho aqui na USP, e em todas as universidades brasileiras com a exceção da Unicamp, é essa coisa de Lingüística de um lado e Língua Portuguesa do outro, como se fossem dois mundos. Eu sei que essa é uma herança do arranjo universitário por cadeiras. Mas elas não foram legalmente extintas em 1968?

– *Ah bom, é “outra lei que não pegou”?*

Eu sempre digo que nunca a cátedra ficou tão forte na USP como depois que ela foi extinta. Pois é, só que não podemos jogar nas costas de ninguém esse arranjo estranho, inaceitável, visto que não há separação do objeto científico. Quando comecei a lecionar aqui, conversei muito sobre o assunto, mas vi que ninguém quer alterar nada. A questão do arranjo departamental também é muito estranha, porque você vê, temos cinco departamentos de Letras: o de Lingüística, o de Letras Modernas, o de Línguas Orientais, o de Teoria Literária e o de Letras Clássicas e Vernáculas, gigantesco este, tão grande como uma Faculdade de Letras. Combinam-se aqui, na verdade, três departamentos: um de Clássicas, um de Língua Portuguesa e outro de Literaturas de Língua Vernácula. Pensemos um pouco, aqui é a maior

cidade de língua portuguesa do mundo, esta é a mais velha Universidade do Brasil e língua portuguesa não é um departamento! Por que terá acontecido isso?

Nos últimos anos, a Área de Filologia e Língua Portuguesa reformulou o ensino da graduação e o da pós-graduação, principian-do uma política de melhoria constante de seu pessoal, mediante a realização de concursos de seleção mais objetivos e o envio sistemático dos docentes para o exterior, para a realização de programas de pós-doutoramento. Convênios foram assinados com universidades do exterior. É hora, portanto, de lutar pelo espaço que nos corresponde, visto que a língua portuguesa é central na preparação dos bacharel-andos em Letras, todos os quais cursam nossas disciplinas na gradu-ação. Operamos com um enorme universo de alunos, o que nos so-brecarrega, e não temos a menor estrutura administrativa para dar conta disso e para implementarmos os novos projetos de pesquisa e docência em andamento.

Talvez eu esteja reagindo muito fortemente às coisas (essa, pelo menos, é a opinião de minha mulher, que também é lingüista), mas não sei não. Temo pelo julgamento que virá. Nosso grupo em algum momento vai ser fortemente cobrado, porque neste meio tempo, em outros lugares, a coisa está se desenvolvendo, e muito.

Nós não vamos ter perdão se errarmos as coisas por aqui, por-que temos recursos em abundância: incentivem-se os doutorandos a trabalhar junto com a gente, reúnam-se as aulas em grandes confe-rências, depois organizem-se sessões de orientação de trabalho. Há alternativas. Nos países de primeiro mundo, também o grosso das aulas é dado em anfiteatros, mas tem material na mão do aluno, tem biblioteca. Não é o professor que vai explicar tudo na classe, o aluno

tem seu papel, é preciso dar mais espaço ao aluno, para que ele mesmo participe de sua formação. Como costuma dizer o Milton do Nascimento: “*precisamos de mais percurso e menos curso.*” As Letras estão num momento de crise, num momento de repensar tudo isso e recolocar essas coisas no trilho enquanto é tempo.

Referências

- Abaurre, Maria Bernadete M. & Rodrigues, Ângela C. S. (Org.). *Gramática do Português Falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, no prelo.
- Aguilera, Vanderci de A. 1994. *Atlas Lingüístico do Paraná*. São Paulo: Assis.
- ALFA. Revista de Lingüística*. Marília: Fundunesp, 1962-1977; 1980, corrente.
- Altman, Cristina. 1998. *A Pesquisa Lingüística no Brasil 1968-1988*. São Paulo: Humanitas.
- Aragão, Maria do Socorro Silva de e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes. 1984. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB / CNPq, 2 vols.
- Blanc, Michel e Patricia Biggs. 1971. “L’enquête socio-linguistique sur le français parlé à Orléans.” *Le Français dans le Monde* 85: 16-25.
- Boletim de Estudos Clássicos. Revista da Associação de Estudos Clássicos do Brasil*. Ano I (1956).
- Borba, Francisco da Silva (Coord.) *et al.* 1991. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

- Bosque, Ignacio e Violeta Damonte (Org.). 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 3 vols.
- Callou, Dinah. 1999. "O Projeto NURC no Brasil: da década de 70 à década de 90". *Lingüística. Revista da Alfa* 11: 231-250.
- Cardoso, Suzana Alice Marcelino. 1990. "Perspectivas do projeto, hoje". *ABRALIN* 10: 67-71. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*.
- _____. 1999. "A Dialectologia no Brasil: Perspectivas". *D.E.L.T.A.* 15: 233-255.
- Caruso, Pedro. 1983. *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo: questionário*. Assis: Unesp / Instituto de Letras, História e Psicologia, Prefeitura Municipal de Assis
- Castilho, Ataliba (Teixeira de). 1971a. "Perspectivas da Lingüística na América Latina e no Brasil". *O Estado de São Paulo. Suplemento Literário*, 29/08/71, p. 4.
- _____. 1971b. "A Lingüística no Brasil 2". *O Estado de São Paulo. Suplemento Literário*, 5/09/71, p. 5.
- _____. 1972/1973. "Rumos da dialetologia portuguesa". Proferido no *I Seminário de Pós-Graduação*, promovido pela FFCL de Marília, em 1971. *ALFA (Revista de Lingüística da Unesp)* 18/19: 115-153. São Paulo,
- _____. 1981. "O projeto NURC e a sintaxe do verbo". *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum.*, Org. por Antônio Cândido *et al.* São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, p. 269-288.
- _____. 1984. Discurso pronunciado por Ataliba T. de Castilho, por ocasião do *V Instituto Interamericano de Lingüística e do VII Instituto Brasileiro de Lingüística*, em Campinas, de 03 de janeiro a 15 de fevereiro de 1980. *CEL* 6:16-17.



- _____. 1986. “Apresentação”. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para seu estudo*. Vol. I *Elocuções formais*, Org. por Ataliba Teixeira de Castilho e Dino Preti, p. 1-14. São Paulo: T.A Queiroz.
- _____. (Org.). 1990. *Gramática do Português Falado*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2a. ed. (1991); 3a. ed. (1997).
- _____. (Org.). 1993. *Gramática do Português Falado*, vol. III. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP.
- _____. “Langue parlée et processus grammaticaux”. *Analyse linguistique et approches de l’oral. Recueil d’études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*. Leuven/Paris: Peeters, 141-148, ed. por M. Bilger, Kaul Van den Eynde et F. Gadet, p. 141-148. Leuven e Paris: Peeters.
- _____. 1999. “Compromissos sociais dos lingüistas latino-americanos”. Conferência plenária proferida no XII Congresso Internacional da ALFAL. Universidad de Santiago do Chile.
- Castilho, Ataliba Teixeira de e Margarida Basílio (Org.). 1996. *Gramática do Português Falado*, vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP.
- Coseriu, Eugênio. 1979. “Sistema, Norma e Fala”. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral – Cinco Estudos*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/ EDUSP, p. 13-85
- Cunha, Celso (Ferreira da). 1985. “O Projeto NURC e a questão da norma culta brasileira”. *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa, 1983. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p. 140-166, seguido de *Debate*, p. 167-173.
- Ferreira, Carlota da Silveira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. 1987.

- Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/ Fundação Estadual da Cultura do Sergipe.
- Ilari, Rodolfo (Org.). 1992. *Gramática do Português Falado*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp.
- Kato, Mary (Org.). 1996. *Gramática do Português Falado*, vol. V. Campinas: Editora da Unicamp.
- Koch, Ingedore G. V., (Org.). 1996. *Gramática do Português Falado*, vol. VI. Campinas: Editora da Unicamp.
- Koch, Walter (Coord.). com a colaboração de Mário Klassmann, José Luiz Mercer, Oswaldo Furlan e Hilda Vieira. 1997. *Atlas Lingüístico-etnográfico da região Sul*. Porto Alegre: UFRS.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (Org.). 2000. *Para a História do Português Brasileiro*. vol. I. *Primeiras Idéias*; vol. II: *Primeiros Estudos*. São Paulo: Humanitas.
- Mauro, Tullio de. 1994. *Come parlano gli italiani*. Scandicci: La Nuova Italia.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 1999. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Brasília: MEC.
- Moliner, Maria. 1973. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 vols.
- Moraes, Lygia Corrêa Dias de. 1994. “Filologia e Língua Portuguesa: histórico”. *Estudos Avançados* 22: 415-421. São Paulo: IEA.
- Nascentes, Antenor. 1958 e 1961. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, vols. I e II.
- Neves, Maria Helena Moura. 1999. *Gramática do Português Falado*, vol. VII. São Paulo: Humanitas ; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. 2000. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora

- da Unesp.
- Preti, Dino. 1981. "Subsídios para a história do projeto NURC em São Paulo". 1981. *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. Org. por Antônio Cândido *et al.* São Paulo: T. A. Queiroz/ Edusp, p.9
- _____. 1987. "Apresentação". *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para seu estudo*. Vol. II. *Diálogos entre dois informantes*, Org. por Ataliba Teixeira de Castilho e Dino Preti, 1-18. São Paulo: T.A Queiroz.
- Ribeiro, José, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio. 1977. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, vol. I. Rio de Janeiro: MEC/ Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Rossi, Nelson, Carlota Ferreira e Dinah Isensee. 1963. *Atlas Prévio dos Falares Bahianos*. Rio de Janeiro: MEC-INL.
- Sacks, Harvey, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson. 1974. "A simplest systematics for the organization of turn-taking". *Language* 50: 696-735.
- Salles, Miguel. 2001. *Pronomes de tratamento do interlocutor no português brasileiro: Um estudo de pragmática histórica*. Tese de Doutorado, inédita. São Paulo: FFLCH-USP.
- Séki, Lucy. 2000. *Gramática do Kamayurá: língua tupi-guarani do Alto do Xingu*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Shuy, Roger W., Walter A. Wolfram e William K. Riley. 1968. *Field Techniques in an Urban Language Study*. Washington: Center for Applied Linguistics.
- Silveira Bueno, Francisco da. 1946. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- _____. 1963. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro:



CEDOCH

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

ro: MEC.

_____. s. d. *Dicionário da língua portuguesa*. Ed Discubra.

Silva Neto, Serafim. 1955. *Guia para os Estudos Dialectológicos*. Florianópolis: Centro de Estudos Filológicos. Faculdade Catari-nense de Filosofia.

Subirats Rüggeberg, Carlos. “Intransiciones Lingüísticas.” *Intransi-ciones. Crítica de la cultura española*, ed. por Eduardo Subirats, con la participación de A. Media, C. Britt, A. F. Alba, C. Subirats, A. Nuño, C. Moreiras, J. Fernández, P. P. del Solar y R. Lamas. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, no prelo.